

**DECRETO Nº 11.014**  
**DE 09 DE OUTUBRO DE 2025**

***REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS DESTINADOS AO PARCELAMENTO DE ITBI ESTIPULADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.300, DE 23 DE JULHO DE 2025, QUE AUTORIZA O PARCELAMENTO DO IMPOSTO INCIDENTE NA TRANSMISSÃO ONEROSA, ENTRE VIVOS, DE BENS IMÓVEIS OU DE DIREITOS A ELES RELATIVOS (ITBI), NAS SITUAÇÕES EM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**ROGÉRIO SANTOS**, Prefeito Municipal de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º** O presente decreto regulamenta os procedimentos que deverão ser observados para o parcelamento do Imposto incidente na Transmissão Onerosa, Entre Vivos, de Bens Imóveis ou de Direitos a Eles Relativos (ITBI), autorizado pela Lei Complementar nº 1.300, de 23 de julho de 2025.

**Art. 2º** A opção pelo parcelamento do ITBI deverá ser realizada no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Santos, no correspondente link, e será permitida para novas guias bem como para aquelas geradas anteriormente.

**Art. 3º** Para imóveis que não possuam seu valor venal cadastrado no sistema tributário deste Município, caberá ao sujeito passivo, munido do respectivo instrumento de transmissão, solicitar a geração da guia de ITBI referente à transação imobiliária efetuada junto à Seção de Fiscalização do ITBI (SEFIS-ITBI), situada na Rua Pedro, II, 25, 2º andar.

**Parágrafo único.** Em sendo possível sua emissão, a guia de ITBI gerada nos termos deste artigo ficará vinculada à respectiva inscrição

imobiliária e disponível para consulta online com a possibilidade de emissão do boleto para pagamento à vista ou parcelado.

**Art. 4º** O ITBI apurado mediante ação fiscal e a eventual multa são passíveis de parcelamento, cabendo ao sujeito passivo acessar os débitos que permanecerão vinculados à respectiva inscrição imobiliária e gerar o boleto para pagamento à vista ou parcelado.

**Art. 5º** Em qualquer caso, a opção pelo parcelamento se concretiza após a simulação da quantidade de parcelas pretendidas pelo sujeito passivo, o aceite das condições mencionadas no respectivo termo e confirmação do procedimento.

**§ 1º** O parcelamento poderá ser realizado em até 12 (doze) meses caso o fato gerador do ITBI tenha se verificado até o dia 23 de julho de 2025, incluindo este, e desde que realizada a opção pelo pagamento parcelado no prazo máximo de 180 dias contados da publicação deste Decreto.

**§ 2º** O ITBI relativo a fatos geradores ocorridos a partir de 24 de julho de 2025 poderá ser parcelado até o máximo de 6 (seis) parcelas mensais.

**§ 3º** Cada parcela terá como data de vencimento o último dia útil do mês ao qual se referir e somente poderá ser gerada após a pagamento da parcela anterior.

**§ 4º** Após a quitação de todas as parcelas, o sujeito passivo poderá emitir a Certidão de Quitação do parcelamento, que ficará disponível online.

**§ 5º** Havendo interesse em quitação antecipada do parcelamento caberá ao sujeito passivo requerer, mediante processo administrativo, a geração do documento para pagamento à vista do saldo devedor.

**§ 6º** Ficará sujeito a inscrição em dívida ativa o saldo de parcelamento não honrado bem como a obrigação gerada e não adimplida nos termos do parágrafo anterior.

**Art. 6º** Após o aceite do termo e confirmação do parcelamento, não será possível a correção dos dados informados no momento da geração da guia de ITBI, ressalvando-se ao sujeito passivo o direito de solicitar, por meio de processo administrativo dirigido à SEFIS-ITBI:

**I** – o eventual cancelamento do parcelamento;

## GABINETE DO PREFEITO

**II** – a geração de guia complementar, quando os pagamentos realizados por meio do parcelamento forem insuficientes à extinção da obrigação tributária afeta ao ITBI;

**III** – a emissão da Certidão de Quitação com os dados corretos, o que se admitirá após o adimplemento de todas as parcelas.

**Parágrafo único.** Nos casos acima, bem como na situação do parágrafo 5º, do artigo 5º deste Decreto, o requerimento observará, no que couber, os procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 02 - GAB-SEFIN, publicado junto ao Diário Oficial de Santos em 02 de agosto de 2022.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 09 de outubro de 2025.

**ROGÉRIO SANTOS**

*Prefeito Municipal*

Registrado no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de outubro de 2025.

**NATÁLIA LUCENA DOS SANTOS**

*Diretora do Departamento*